CRISE DOS PODERES

Escalada de tensão entre STF e Senado

Ministros do Supremo criticam duramente PEC que limita atuação da Corte. Pacheco diz que instituições não são intocáveis

» LUANA PATRIOLINO
» ALINE BRITO

Na tensão entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Senado, os dois lados subiram o tom, ontem, um dia depois da aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita os poderes dos ministros da Corte. Magistrados criticaram duramente o aval dos parlamentares ao texto, o que provocou a reação do presidente da Casa legislativa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Ele disse não permitir agressões gratuitas por parte de integrantes do tribunal.

As críticas à PEC partiram do presidente do STF, Luís Roberto Barroso, e dos ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes. Eles classificaram a aprovação da proposta como "intimidação" e "retrocesso". Também destacaram que a atuação do tribunal é protegida pela própria Constituição.

Barroso abriu a sessão de ontem com o assunto. Ele afirmou que as mudanças "não são necessárias" e que as determinações individuais são prerrogativas do Judiciário. O ministro ressaltou a missão constitucional do STF, que não deve sofrer interferência de outros Poderes. "Trazer uma matéria para a Constituição significa, em alguma medida, tirá-la da política e trazê-la para o direito. Vale dizer: retirá-la do domínio das decisões discricionárias para o espaço da razão pública do Judiciário. Não é uma vontade do tribunal, é o arranjo institucional brasileiro", frisou.

O magistrado disse ser inevitável que o STF desagrade segmentos políticos, econômicos e sociais importantes "porque ao tribunal não é dado recusar-se a julgar questões difíceis e controvertidas". E ressaltou que os tribunais "não disputam torneios de simpatia".

"Num país que tem demandas importantes e urgentes, que vão do avanço do crime organizado à mudança climática que impactam a vida de milhões de pessoas, nada sugere que os problemas prioritários do Brasil estejam no Supremo Tribunal Federal", enfatizou.

Carlos Moura/SCO/STF

Tribunais independentes e que atuam com coragem moral não disputam torneios de simpatia. Interpretar a Constituição é fazer a coisa certa, mesmo quando haja insatisfações"

Luís Roberto Barroso, *presidente do STF*

Ele também lembrou da atuação decisiva da Corte recentemente. "Nos últimos anos, o Supremo Tribunal Federal enfrentou o negacionismo em relação à pandemia, salvando milhares de vidas; o negacionismo ambiental, enfrentando o desmatamento da Amazônia e a mudança climática; bem como funcionou como um dique de resistência contra o avanço autoritário", enumerou. "Por esse papel, o tribunal sofreu ataques verbais e a criminosa invasão física que vandalizou as instalações da Corte. Após esses ataques verbais e físicos, o tribunal vê com preocupação avanços legislativos sobre sua atuação."

O ministro ainda frisou: "Em todos os países que, recentemente, viveram o retrocesso democrático, a erosão das instituições começou por mudanças nas supremas cortes. Os antecedentes não são bons".

"Estranha prioridade"

Já o decano Gilmar Mendes afirmou que a Corte "não é feita de medrosos" e que não admitirá "intimidações". "(O STF) está preparado para enfrentar uma vez mais, e caso necessário, as investidas desmedidas e inconstitucionais, agora, eventualmente, provenientes do Poder Legislativo", destacou.

Segundo Mendes, essa é uma "estranha prioridade" do Parlamento. "Nenhuma resposta para temas que são urgentes para a democracia. O problema é o STF e suas liminares. Estranha prioridade", comentou. "Este Supremo Tribunal Federal não admite intimidações. Cabe lembrar a esses propagadores do caos institucional que os processos de responsabilidade dos ministros desta Corte hão de estar submetidos ao crivo judicial garantidor do devido processo legal, impedindo que acusações mambembes turvem a independência judicial", completou.

Marcos Oliveira/Agência Senado

Por mais importância que tenha como ministro do STF, não se sobrepõe ao Congresso, não se sobrepõe ao presidente da República e não se sobrepõe ao colegiado da sua própria Casa"

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), *presidente do Senado*

Por sua vez, Moraes disse que a discussão de ideias e o aprimoramento das instituições são importantes instrumentos da democracia. "Mas não quando escondem insinuações, intimidações e ataques à independência do Poder Judiciário." Ele também mencionou a atuação do STF na crise sanitária. "Várias decisões urgentes durante a pandemia foram dadas por decisões monocráticas dos relatores, e isso salvou inúmeras vidas durante a pandemia. O nosso decano lembrou a defesa da democracia no dia 8 de janeiro. Decisões liminares referendadas pelo Supremo", recordou.

A PEC foi aprovada na quarta-feira, em dois turnos. A emenda veda os ministros do STF de emitirem decisões monocráticas. O placar se repetiu nas duas votações: 52 x 18. O texto, agora, segue para tramitação na Câmara. Nos bastidores, a aprovação do projeto é vista, também, como o rompimento da lua de mel entre o Planalto e o Supremo, pois a proposta teve três votos a mais do que o necessário, com o apoio de parlamentares da base governista (**leia reportagem na página 3**).

No fim da tarde, Pacheco convocou a imprensa e rebateu as críticas dos ministros. Ele frisou que não vai admitir que seja criada uma polêmica sobre a PEC, porque a proposta é "puramente técnica" e "não constitui nenhum tipo de enfrentamento, nenhum tipo de retaliação". "Não podemos admitir que a individualidade de um ministro do STF declare inconstitucional uma lei sem a colegialidade do Supremo Tribunal Federal", argumentou.

Confronto

Para Pacheco, a decisão de um ministro do Supremo não se sobrepõe ao Congresso, e, por isso, a aprovação da PEC se fez necessária para promover "uma busca de equilíbrio entre os Poderes". "Por mais importância que tenha como ministro do STF, não se sobrepõe ao Congresso Nacional, não se sobrepõe ao presidente da República e não se sobrepõe ao colegiado da sua própria Casa", emendou.

O senador enumerou as defesas que fez, na Casa, da democracia e do próprio STF. "Mas isso não significa que as instituições sejam imutáveis ou intocáveis em razão de suas atribuições."

Ele alfinetou o teor das declarações dos magistrados. "Eu não me permito debater ou polemizar nada dessas declarações de um ministro do Supremo Tribunal Federal, porque eu considero que o Supremo não é palco nem arena política", sustentou. "Não me permito fazer um debate político, tampouco receber agressões que, gratuitamente, eu recebi por membros do Supremo Tribunal Federal em razão de um papel constitucional que eu cumpri, de buscar aprimorar a Justiça do nosso país através dessa emenda." (**Colaborou Renato Souza**)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Lua de mel entre os poderes acabou nesta semana

A inércia do pacto pela democracia que uniu o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, a partir de 8 de janeiro, esgotou-se na quarta-feira, quando o Senado aprovou a Proposta de Emenda Constitucional que limita os poderes dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), por uma maioria de 52 votos a favor e apenas 18 votos contrários. A decisão coroou uma articulação do presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Davi Alcolumbre (União-AP), com a oposição bolsonarista liderada pelo senador Rogério Marinho (PL-RN). Essa aliança somava inicialmente 48 votos, mas recebeu a adesão do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que liberou a base e votou a favor da proposta, com mais três governistas.

Há duas linhas de forças convergentes na decisão. A primeira é o desejo do senador Alcolumbre de voltar à Presidência da Casa, com apoio do atual presidente, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), num rolo compressor que está em ação desde quando a proposta fora aprovada na CCJ, em 40 segundos, ou seja, sem qualquer discussão. A segunda, é a atuação da bancada de Bolsonaro, que saiu do isolamento com essa aliança e busca um ajuste de contas com os ministros do Supremo, que foi a instituição que confrontou e barrou o negacionismo, durante a pandemia de covid-19, e o golpismo, durante todo o governo Bolsonaro e no 8 de janeiro passado, quando os Três Poderes foram invadidos e depreciados por radicais da extrema direita bolsonarista.

Esse é o bloco majoritário no Senado, hoje, quem quiser que se iluda. Se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve que fazer concessões para ter o apoio do Centrão na Câmara, após a volta de Alcolumbre ao comando do Senado, no futuro, ainda sentirá saudades do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que agora sairá por cima. Porque não porá em pauta na Câmara as mudanças aprovadas pelos senadores em tramitação especial. Mas isso deixa o Supremo como refém da Câmara. O texto proíbe decisões individuais de ministros que suspendam a eficácia de leis ou atos dos presidentes da República, da Câmara, do Senado e do Congresso.

O presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso, acusou o golpe. Ressaltou que o "STF não vê razão para mudanças constitucionais que visem alterar as regras de seu funcionamento". E destacou a atuação da Corte nas crises: "O STF, nos últimos anos, enfrentou negacionismo, funcionou como dique de resistência. Por esse papel, recebeu ataques verbais. Após esses ataques, o STF vê com preocupação avanços legislativos sobre sua atuação". Completou Barroso: "Em todos os países que viveram retrocesso democrático a mudança começou pelas supremas cortes".

Ambiguidade

Nos bastidores da Corte, havia surpresa com a decisão e muita irritação, porque os ministros estiveram e continuam sob ataque dos bolsonaristas. Quem verbalizou de forma mais dura esse sentimento foi o ministro Gilmar Mendes, que qualificou a PEC como uma "ameaça" ao Judiciário. O ministro do STF e presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, endossou as críticas de Barroso e Gilmar. A decisão do Senado reflete um clima de descontentamento com decisões da Corte que, segundo a maioria, invadem atribuições do Legislativo.

O resultado da votação turvou a relação da gestão Lula com o Supremo, porque houve uma ambiguidade muito grande do governo. Enquanto o líder no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), defendia a rejeição da PEC, o líder no Senado, Jaques Wagner, votou a favor da proposta. Todos sabem que Wagner é muito mais ligado ao presidente Lula do que Randolfe. Seu voto surpreendeu ministros do próprio Executivo, que trabalhavam contra a PEC. O líder do governo no Senado teria atraído cinco votos favoráveis de senadores do PSD, entre eles, de Otto Alencar (BA), Mara Gabrilli (SP) e Angelo Coronel (BA). Senadores que estavam propensos a votar contra a matéria não compareceram à sessão, como Omar Aziz (AM).

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD-MT), chegou a se exonerar para votar contra a PEC.

Essa situação fragilizou o governo num momento muito delicado, em que várias propostas da equipe econômica que aumentam a arrecadação e o Orçamento da União de 2024 precisam ser aprovadas no Congresso, inclusive a reforma tributária. Como o ex-presidente Jair Bolsonaro, com seus direitos político cassados, apesar de manter grande influência, deixou de ser uma ameaça imediata à democracia, o apoio por gravidade ao governo Lula de parte da opinião pública perdeu sua força de inércia.

Cobram-se, agora, resultados do novo governo. Em relação à economia, isso ocorre em dois níveis: primeiro, no âmbito da grande massa empobrecida do país, que é a base eleitoral mais resiliente do presidente Lula, o que demanda políticas sociais, transferência de renda, empregos e fomento do empreendedorismo; segundo, no mercado propriamente dito, os atores da economia formal, principalmente os produtivos, que desejam investimentos, sobretudo em infraestrutura. A rigor, o estresse entre Executivo, Legislativo e Judiciário não interessa ao governo Lula, mas parece que a ficha não caiu para parte de sua base.